

A Alternância na formação de professores de ciências para as escolas do campo no Brasil

*Marilda Shuvartz¹, Elisandra Carneiro de Freitas², José Firmino de Oliveira Neto³,
Aline Neves Vieira de Santana⁴*

¹⁻⁴Universidade Federal de Goiás

¹marildas27@gmail.com, ²elisandrabio@hotmail.com, ³neto.09@hotmail.com,

⁴alinenevi@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho apresenta a Licenciatura em Educação do Campo, como um curso de formação de professores de ciências do Brasil. Curso desenvolvido na estratégia de alternância entre tempos e espaços formativos. Procurou-se neste texto construir uma reflexão teórica sobre a alternância na formação de professores de ciências para atuar em escolas do campo. Compreendemos que o estudo da realidade, proporcionado pela pedagogia da Alternância favorece a contextualização dos conteúdos de ciências. E de outro modo, a superação de visões deformadas de ciência e tecnologia e o diálogo de saberes na formação docente permitem uma leitura de mundo mais crítica e comprometida com a transformação social do campo.

Palavras chave: Formação docente, Pedagogia da alternância, Educação do campo.

Introdução

No Brasil, assistimos a partir da década de 1980 a organização dos sujeitos do campo em torno da luta pela terra. Os movimentos sociais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), se organizam em estado de luta pela reforma agrária no país. Neste cenário, como uma das bandeiras dos movimentos sociais de luta pela terra, surge o projeto da Educação do Campo.

Neste contexto, a Educação do Campo surge em contradição ao modelo de Educação presente nas escolas do campo do país. Mas não se limita apenas a denuncia e projeta-se como um movimento também de anúncio de novas práticas, alternativas e políticas. Dentre estas novas práticas, se alicerça a partir da proposta de Educação Popular (FREIRE, 2011) resgatando o protagonismo dos sujeitos do campo na construção de uma educação emancipatória.

Desta forma que a Educação do Campo, torna-se um movimento de formação humana gestado pelos movimentos sociais de luta pela terra, que tem a práxis como matriz de formação.

Neste cenário, a formação de professores integra a pauta da Educação do Campo. Como fruto das reivindicações dos movimentos sociais é criada uma nova modalidade de graduação, intitulada Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC). Fazem parte dos

princípios desta licenciatura a formação por área do conhecimento e a pedagogia da alternância como proposta pedagógica.

A formação por área de conhecimento, nas LEdoCs, visa promover novos processos para formação docente que ampliem as possibilidades dos professores de intervenção sobre a realidade. Em cada licenciatura os componentes curriculares são organizados em uma das quatro áreas do conhecimento: Linguagens (expressão oral e escrita em Língua Portuguesa, Artes, Literatura); Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Natureza e Matemática; Ciências Agrárias.

A alternância, por sua vez, tem como princípio pedagógico desenvolver na formação dos educandos situações em que o mundo escolar interage com o mundo que o rodeia. Segundo Silva (2008), a alternância coloca em diálogo diferentes parceiros que possuem identidades, preocupações e lógicas distintas. Para isso se organiza em um processo de formação que combina e articula períodos de vivência no meio escolar e no meio familiar. Alterna-se, assim, a formação agrícola na propriedade com a formação no espaço escolar que, além das disciplinas básicas, engloba uma preparação para a vida associativa e comunitária (SILVA, 2008).

Neste contexto, o presente trabalho procura desenvolver uma reflexão teórica sobre a alternância na formação de professores de ciências para atuar em escolas do campo. Deste modo iniciamos o texto tecendo considerações sobre a origem e características da alternância. Em seguida, refletimos sobre possibilidades de diálogo entre a formação de professores de ciências dentro dos princípios e práticas da alternância.

Pedagogia Da Alternância: Da Origem Ao Ensino Superior

A origem da Pedagogia da Alternância resulta do desencanto com a educação formal oferecida aos filhos de camponeses franceses. Segundo Barbosa (2012), a preocupação dos agricultores franceses estava no fato de que, com a educação do meio rural negligenciada pelo Estado, seus filhos precisavam escolher entre optar em continuar os estudos saindo do meio rural ou permanecer junto à família desenvolvendo as atividades agrícolas.

Esta proposta se expande a outros países da Europa e chega ao Brasil na década de 1960, no estado do Espírito Santo. Segundo dados de Begnami (2013) existem no país um conjunto de 264 unidades educativas, que ofertam a Educação Básica e Profissional, no regime de Alternância.

No ensino superior, existem experiências em alternância financiadas por dois programas federais. O primeiro, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tem como um de seus objetivos promover o acesso a educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras do campo beneficiados pela reforma agrária. Dentro do Pronea, foram apoiados a criação de diversos cursos relacionados ao apoio à produção, na perspectiva da mudança da matriz tecnológica das áreas reformadas, e também os cursos de formação de educadores do campo, como os de Magistério e Pedagogia da Terra, objetivando criar condições de

ampliação da oferta da educação básica no meio rural, com a formação de educadores dessas próprias comunidades.

Logo, as experiências acumuladas na execução de cursos de formação de educadores do campo, apoiados pelo Pronera, e executados em parceria com os movimentos sociais, foram muito importantes para a elaboração das Diretrizes do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), vinculado a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI) do Ministério da Educação.

Desta forma, o Procampo é o segundo programa com experiências em alternância no ensino superior do país. Este programa, por sua vez, apoia a institucionalização de diversos cursos de Licenciatura em Educação do Campo em instituições de ensino superior do país, priorizando o ingresso de jovens camponeses e de sujeitos que trabalham no campo e nas escolas do campo.

Molina (2012) aponta a institucionalização e a consolidação da Alternância como modalidade de oferta da Educação Superior um importante território conquistado pela Educação do Campo. Segundo a autora, diferentes experiências de processos formativos em alternância dentro dos princípios da Educação do Campo tem possibilitado a configuração de um novo fazer educativo, mais enraizado na vida real do educandos, colocando tanto as contradições sociais enfrentadas pelos camponeses, quanto às possibilidades de superação que podem advir de práticas educativas críticas.

Reflexões Sobre A Alternância Na Formação De Professores De Ciências

Ao refletir sobre o significado da alternância de tempos e espaços de aprendizagem na formação de professores de ciências algumas questões nos parecem importantes.

Um princípio básico da alternância é o vínculo estabelecido entre o processo de formação do indivíduo e o contexto do campo e da comunidade em que o mesmo vive. Nesse sentido, para o ensino de ciências a alternância favorece a contextualização dos conteúdos, uma vez que os mesmos devem partir das vivências e experiências nas relações com a natureza e os semelhantes. Nesse sentido, a abordagem de conceitos científicos é o ponto de chegada da estruturação dos conteúdos e da aprendizagem dos alunos, ficando o ponto de partida para os temas e as situações significativas para os estudantes.

Portanto, quando Freire propõe um processo educativo que seja dialógico em que os sujeitos se encontram para ser mais, se formar, transformar o mundo e se libertar, esse processo se produz a partir da consciência crítica da realidade, em que no processo educativo a investigação temática é o ponto de partida. Pois,

[...] investigar o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis. [...] Quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela (FREIRE, 2011, p. 136-137).

Assim, um ensino de ciências, comprometido com o conhecimento da realidade do campo, em que os conteúdos emergem deste contexto a fim de compreendê-lo e atuar nele de forma crítica, aproxima-se de uma educação emancipatória e libertadora.

Neste caminho, um aspecto que nos parece fundamental é apresentar na formação inicial de professores uma concepção de ciência e tecnologia que supere visões deformadas das mesmas, e desenvolver uma alfabetização científica comprometida com a participação dos sujeitos na tomada fundamentada de decisões. De modo que, possibilite a compreensão de uma ciência não neutra, mas que, tanto é utilizada na construção do paradigma do capital no campo, representado pelo agronegócio, como também utilizada por alternativas economicamente mais viáveis e socioambientalmente mais justas e comprometidas, como a agroecologia.

Dessa forma, o estudo do espaço é um tema tenso devido às tensas vivências de sem-lugar que carregam os educandos populares às escolas. De outro modo, pensando sobre o ensino de ciências, uma importante contribuição nos parece a reflexão sobre como a Ciência e Tecnologia tem sido usadas para contribuir com o processo de modernização do campo, promovido pelo capital agrário, em detrimento da intensificação dos processos de desterritorialização, perda de identidade, cultura, raízes, espaço e trabalho do homem do campo.

Neste cenário, conceber a comunidade como espaço e tempo de formação e aprendizagem promovido pela Alternância pode promover a aproximação dos estudantes com reflexões mais críticas sobre a realidade do campo, da escola e dos sujeitos que nele moram e trabalham. As ciências da natureza podem contribuir com esta reflexão crítica a medida que seja superada a visão de ciência neutra, mas que seja apresentada uma ciência que permita a compreensão de temas como: transgênicos no campo e a contaminação de lavouras orgânicas por sementes geneticamente modificadas, os agrotóxicos e insumos agrícolas, dentre outros.

De outra forma, a aproximação dos estudantes com as comunidades a partir da alternância favorece a percepção de outras formas de produção de conhecimento. Nesse caminho, o encontro entre o conhecimento produzido no campo das Ciências da Natureza com os saberes tradicionais dos povos do campo permite um diálogo de saberes que produzem uma compreensão de mundo mais complexa. De modo a preparar os sujeitos para compreender as complexas inter-relações entre os processos objetivos e subjetivos que constituem o mundo e a vida, tratando-se de uma educação que prepara os sujeitos para um processo de emancipação que permita novas formas de reapropriação do mundo e de convivência com os outros.

Considerações Finais

Acreditamos que, na formação de professores é importante uma compreensão complexa da formação do campo e de seus sujeitos. Fato que pode ser favorecido por uma reflexão e análise crítica das comunidades camponesas de que estes professores se originam. Nesse sentido, a estratégia da alternância, com seus instrumentos pedagógicos,

pode construir um estudo crítico da realidade. De modo que possibilite uma leitura de mundo e estratégias de intervenção e transformação social.

Nesse sentido, por meio das experiências acumuladas na formação inicial, espera-se que o futuro professor possa desenvolver o processo de ensino aprendizagem de ciências mais comprometido com a realidade das comunidades campesinas e com a escola do campo.

Referencias Bibliográficas

- Barbosa, A. I. C. (2012). A organização do trabalho pedagógico na Licenciatura em Educação do Campo/UNB: do projeto às emergências e tramas do caminhar. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. Brasília.
- BegnamI, J. B. (2013). Estudo sobre o funcionamento dos Centros Familiares de Formação por Alternância no Brasil – CEFFAS. Brasília: SECADI, MEC.
- Freire, P. (2011). Pedagogia do Oprimido. (50ª Ed). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Leff, E. (2009). Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. In: *Educação e Realidade*, 34(3), 17-24.
- Molina, M. C. (2012). Educação do Campo: novas práticas construindo Novos Territórios. In: ANTUNES-ROCHA, M. I.; et al, (orgs.). Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais. (2ª Ed). Belo Horizonte: Editora Gutemberg.
- Silva, L. H. (2008). Educação do Campo e Pedagogia da Alternância. In: *SÍSIFO: Revista de Ciências da Educação*, 5, 105-112.